

ATLETISMO FEMININO NOS JOGOS OLÍMPICOS: A PARTICIPAÇÃO DAS BRASILEIRAS NAS PROVAS DE MARATONA.

NADYNE VENTURINI TRINDADE

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vitória, Espírito Santo – Brasil
nadynetrindade@gmail.com

DIEGO BOEIRA LERINA

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Vitória, Espírito Santo – Brasil
diego.lerina@gmail.com

Quando recorremos aos registros históricos para analisar a participação feminina no esporte percebemos que o papel da mulher nesta atividade parece estar relacionado com seu envolvimento social na história da humanidade. Tradicionalmente, como nos mostra a história social, os homens possuíam certa posição de superioridade manifestada também em privilégios relacionados à aderência em atividades esportivas. Na Grécia Antiga, apenas em Esparta o esporte também era praticado por mulheres, e ainda assim com o objetivo de prepará-las para a maternidade (Howell, 1981).

Pierre de Coubertin ao renovar a antiga tradição grega dos Jogos Olímpicos parece ter conservado esta mesma ideia sobre a participação de atletas femininas nos Jogos. Segundo o próprio contexto histórico da época em que o Barão francês estava inserido, as atividades atléticas faziam as mulheres parecerem indecentes e grotescas. Nesta mesma época o discurso médico sugeria que a atividade física poderia comprometer as funções maternas (Devide, 2002). Não obstante, as crenças tradicionais prescreviam que o cansaço físico e a competição, derivados da prática do esporte, eram contrários à natureza da mulher que deveria permanecer ocupada com os afazeres domésticos e familiares.

Apesar da proibição, na primeira edição dos Jogos Olímpicos (JO) em Atenas - 1896, Stamati Revithi, uma grega de origem pobre, fez o percurso da maratona no dia seguinte à realização oficial da prova, percorrendo a última volta ao redor do estádio, já que sua entrada nele não lhe foi permitida. Stamati fez o percurso em quatro horas e meia, mais rápido que alguns homens (Miragaya, 2002). Os organizadores apelidaram-na de Melpômene, deusa grega da tragédia, lembrando apenas do drama e não o feito extraordinário de sua atitude, que não teve reconhecimento internacional, mas provocou o início do ingresso gradual das mulheres nos jogos, por meio de lutas contra os valores da época, sendo possivelmente uma das primeiras mulheres a enfrentar os obstáculos esportivos na Era Moderna.

Até 1912 as mulheres só participaram de modalidades que ressaltavam a distinção, a graça, a beleza e a leveza 'natural' dos movimentos femininos. O Atletismo e os esportes de contato eram vetados a elas por serem considerados inapropriados ao 'sexo frágil'. Contra a vontade do Barão de Coubertin e vários de seus contemporâneos, em 1928, nos JO de Amsterdã, atletas femininas do Atletismo foram recebidas pela primeira vez. Elas competiram nas provas de 100 metros rasos, 800 metros e no revezamento 4x100 metros. No entanto, ao final dos 800 metros reavivou-se a polêmica. Algumas participantes caíram na pista devido ao cansaço físico. Os dirigentes do Comitê Olímpico Internacional (COI) extinguiram a prova em virtude da opinião médica de que as mulheres não tinham capacidade para correr esta distância ou outra superior. As mulheres passaram a disputar então as provas com distância até 200 metros. Por conta da grave crise financeira, o Brasil não enviou uma delegação aos Jogos de 1928 e as brasileiras só iriam estreiar no Atletismo vinte anos depois.

Na década de 1950 verifica-se um crescimento da participação feminina nos Jogos, mas o discurso médico ainda conservava a ideia de que poderia ser danosa à saúde feminina provas de longa distância como a maratona. Em concordância com essa análise, no âmbito das práticas corporais prevaleciam as restrições legais. Tanto é que no período de 1941 a 1975 vigorava o Decreto-Lei 3.199 que estabelecia as bases da organização dos esportes no país. Segundo este Decreto-Lei: "às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis

com as condições de sua natureza" (Adelman, 2003, p. 362). Essas proibições e o imaginário social da época desencorajavam as mulheres a dedicarem-se a modalidades que exigissem treinamentos vigorosos e exaustivos, como, por exemplo, o Atletismo.

Segundo Alonso (2003), foi a partir do questionamento social estimulado pelo movimento feminista na década de 1960 – centrado em críticas a crenças sociais tradicionais - que houve um aumento da participação feminina em atividades esportivas. Nesse mesmo período, nos JO em Roma – 1960, há o regresso da prova dos 800 metros, o que por conseguinte impulsionou a incorporação das provas de maior distância no Atletismo feminino. Na década de 1970 o surgimento do movimento *fitness* provocava maior aceitação da força física e dos músculos femininos. É nesse momento que a cultura da beleza feminina incorpora a noção esportiva, o ideal de ‘mulher ativa’. Isto de certa forma contribuiu como um novo olhar sobre os corpos e o treinamento atlético.

Na década de 1980 o discurso médico parece mudar sobre a participação feminina em provas de *endurance*. Tal decisão ilustra uma abordagem fisiológica e pontual nas decisões médicas em relações ao esporte feminino. Parece ter havido uma verificável retificação no discurso médico, já que de 1928 a 1960 sugeriam a não participação feminina nas provas acima de 200 metros.

Em 1984, nos JO de Los Angeles é incluída a maratona Olímpica no programa do Atletismo. Ainda que nos JO a inclusão da maratona feminina tenha ocorrido tardiamente, existem registros sobre a participação de mulheres em provas de maratona desde 1926. Lawson (1997 *apud* Matthiesen, 2012) aponta Violet Piercy como a primeira a registrar a melhor marca mundial em uma maratona feminina. Ao completar essa prova, a atleta ficou com o tempo de 3h40min22s. Isto aconteceu no dia 3 de outubro, de 1926, em Londres. No entanto, há também quem atribua à americana Kathrine Switzer a quebra do tabu da incapacidade feminina, ao completar a Maratona de Boston, ‘disfarçada’ entre homens.

A primeira maratona olímpica aconteceu sob um forte calor de proximamente 27°C. Entre as 50 atletas inscritas, a brasileira Eleonora Mendonça concluiu bravamente o percurso de 42 quilômetros e 195 metros em 2h52min19s, chegando na 44ª colocação. Essa veterana foi à última ao entrar no Estádio e foi recebida com muitos aplausos pelo seu esforço. Além da vertente esportiva, Eleonora também sobressaiu no âmbito das políticas do esporte como presidente do Comitê Internacional de Corredores, criado em 1978. Este último teria pressionado o Comitê Olímpico Internacional (COI) para que esta maratona feminina fosse realizada, além das provas de 5.000 e 10.000 metros.

Nas Olimpíadas de Seul, em 1988, a atleta Angélica de Almeida representou o país. A atleta tinha 23 anos na época e concluiu a prova em 2h43min40s, terminando com 44ª colocação.

Nos anos 1990 o esporte feminino continua a crescer incorporando valores de especialização e padronização, até então experimentados apenas por homens. Nas Olimpíadas de Barcelona, em 1992, Janete Mayal e Marcia Narloch defenderam o país concluindo essa prova em 3h00min23s (31º lugar) e 2h44min32s (17º lugar), respectivamente. A 17º posição conquistada por Marcia foi a melhor classificação do Brasil em maratonas Olímpicas até hoje.

Em Atlanta, no ano de 1996, a delegação brasileira contava com três atletas para disputar a maratona: Carmen de Oliveira Furtado, Marcia Narloch e Solange Cordeiro de Souza. Carmen, que é até hoje a recordista sulamericana com 2h27min41s (1994), não conseguiu completar a prova. Marcia obteve o 39º lugar com o tempo de 2h39min33s e Solange a 60ª colocação com a marca de 2h56min23s.

Já nos JO de Sydney, em 2000, nenhuma brasileira disputou a maratona. Nos Jogos seguintes, em Atlanta, Marcia Narloch e Marlene Teixeira foram as representantes brasileiras, mas não chegaram a completar a prova. O percurso elegido para esta disputa foi considerado difícil, pois era composto de muitas ladeiras. O forte calor provocou muitas desistências incluindo a britânica Paula Radcliffe que era recordista mundial e favorita na disputa.

Na edição dos JO de 2008, realizados em Pequim, Marily dos Santos era a única representante do Brasil. A atleta foi a primeira brasileira a conquistar o índice 'A' na maratona feminina. Para estes Jogos, a Confederação Brasileira de Atletismo estabeleceu a dura marca de 2h37min00s como índice. Marily concluiu a prova Olímpica em 2h38min10s, ficando com a 51ª posição.

Em Londres 2012, a única brasileira a participar da prova foi a Adriana Aparecida da Silva que completou essa maratona com a marca de 2h33min15s. Ela ficou longe de seu recorde pessoal de 2h29min17s. Adriana terminou em 47ª na colocação geral. Alcançando este tempo, Adriana estabeleceu uma das melhores marcas do Brasil em maratonas Olímpicas e se tornou a segunda maratonista mais rápida na história brasileira, com índice inferior ao de Carmen de Oliveira.

Desde a realização da primeira maratona Olímpica feminina, o Brasil foi representado em sete das oito edições. Entretanto, quando consideramos os feitos deste passado recente, verificamos o baixo desempenho como recorrência. De acordo com um levantamento realizado por Toledo et al (1994), três aspectos fundamentais vem dificultando historicamente a inserção das mulheres brasileiras e latino americanas no Atletismo: 1) falta de cultura esportiva no Atletismo; 2) falta de locais e equipamentos adequados para treinamento; 3) e nível de capacitação profissional insuficiente. Segundo esse autor, esses fatores parecem terem contribuído para a baixa participação e desempenho das mulheres no Atletismo. Mas não parecem ser desafios exclusivos do Atletismo, outros estudos apontam essa situação (Devide, 2003; 2011; Miragaya, 2002; Goellner 2004; 2008). Estes estudos também sugerem que esses fatores, se minimizados, podem contribuir para melhora no nível atlético nesses países para ambos os sexos.

O primeiro problema apontado está relacionado ao fato do Atletismo ser pouco divulgado pela mídia impressa e falada. Como consequência parece mais raro o surgimento de novos ídolos, tão comum em outras modalidades. Como possível efeito, a juventude parece não interessar-se por essa prática, bem como patrocinadores em potencial. Com relação ao atletismo feminino brasileiro, esse problema parece estar maximizado, pois as poucas mulheres com resultados de expressão internacional têm seus feitos atléticos ofuscados pelos seus pares masculinos.

Além disso, ainda parece haver estereótipos de feminilidade em nossa sociedade, mesmo após tantas batalhas. Certas modalidades esportivas vão ao encontro desse tipo de estereótipo. No caso do Atletismo, as seguintes questões parecem ter importância: 'seria o envolvimento sistemático em uma atividade que demanda grandes esforços físicos e alto grau de competitividade um comportamento social e culturalmente aceitável como feminino? E o que esperar a respeito do interesse feminino pela maratona, considerada a mais dura das provas do atletismo?'

O segundo aspecto levantado estaria diretamente relacionado aos programas de investimentos públicos. No Brasil, especificamente, percebe-se uma falta de centros de treinamento, pistas de atletismo e técnicos especializados trabalhando na área. Paralelamente a isto, nota-se também uma falta de equipamentos esportivos, tanto em qualidade como em quantidade. Julga-se esta última asserção como imperativa para o desenvolvimento de nossos atletas em seu máximo potencial.

Por fim, o terceiro aspecto se relaciona a má formação de treinadores e educação continuada, uma vez que cursos na área são relativamente escassos bem como a literatura produzida no país. A discussão sobre métodos iniciação esportiva e iniciação esportiva precoce, assunto abundante na literatura especializada da Educação Física, parece ser um problema grave ainda nos dias de hoje. Além disso, outro possível reflexo de uma deficiência formativa nas capacidades profissional dos treinadores parece estar ligada ao não entendimento das peculiaridades do treinamento feminino, principalmente aos seus aspectos psico-sociais e culturais.

A probabilidade de se encontrar um talento esportivo dentro de uma determinada população parece ser independente de questões biológicas ou de gênero. A desigualdade de oportunidades no esporte feminino em relação ao masculino diminui consideravelmente as chances de êxito em eventos internacionais, já que esta realidade não parece ser mundial.

Historicamente as mulheres lutaram muito para assegurar um espaço no mundo dos esportes: desde o prestígio hierárquico dos homens; a relativa menor exposição das mulheres esportistas pela mídia; premiações mais baixas em relação aos homens; e a menor participação em megaeventos esportivos, como, por exemplo, os Jogos Olímpicos.

Apesar disso, os índices femininos em grandes eventos internacionais parecem estar alcançando o masculino, especialmente nas corridas. É possível que, através da disseminação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres atletas, possamos contribuir para que não apenas a maratona, mas o Atletismo, como um todo, seja mais apreciado, conhecido; e, porque não, mais praticado.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, M. Mulheres Atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n. 2, p. 360-366, 2003.

ALONSO, L. K. Mulher, corpo e mitos no esporte. In: SIMÕES, A. C. (Org.) **Mulher e Esporte Mitos e Verdades**. São Paulo: Manole. p.35-47, 2003.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Nossos atletas olímpicos**. Disponível em: <http://www.atletismo-gpbrasil.com.br/competicoes/rio2016/nossos_atletas.asp>. Acesso em: 09 nov. 2012.

DEVIDE, F. P. História das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. In: TURINI, M.; DA COSTA, L. P. (Org.). **Coletânea de Estudos Olímpicos**. vol. 2. Rio de Janeiro: UGF, p. 291-321, 2002.

DEVIDE, F. P. **História das mulheres na natação brasileira no século XX**: das adequações às resistências sociais. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UGF, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Gama Filho, 2003.

GOELLNER, Silvana V. **Mulher, olimpismo e desempenho**. III Fórum de debates sobre mulher & esporte – mitos e verdades. Universidade de São Paulo – USP, 2004.

HOWELL, R. A. Women and sport: an historical overview. In: BORMS, J.; HEBBELINCK, M. E VENRANDO, A. (org.) **Woman and sport**: an historical, biological, physiological and sports medical approach. Basel, S. Karger, v.14, p. 11-15, 1981.

MATIESSEN, S. Q.; GINCIENE, G.; FREITAS, F. P. R. Registros da maratona em jogos olímpicos para a difusão em aulas de educação física. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**. São Paulo, v.26, n.3, p.463-471, 2012

MIRAGAYA, A. **As mulheres nos jogos olímpicos**: participação e inclusão social. Disponível em: <http://sportsinbrazil.com.br/livros/as_mulheres_jogos_olimpicos.pdf>. Acessado em 16 nov. 2012.

MOURÃO, L. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas In: SIMÕES, A. C. (Org.) **Mulher e Esporte mitos e Verdades**. São Paulo: Manole. p. 35-47, 2003

TOLEDO, P. H. C.; et al. **O atletismo feminino na América do Sul**. Disponível em: <http://www.mmatletismo.com.br/My_Homepage_Files/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20Estudos/Atletismo%20Feminino%20na%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.htm>. Acesso em: 16 nov. 2012.

Rua Ormandino Gomes, 88, Praia de Itaparica, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.
CEP: 29.102-217
(27) 8132-1636
nadynetrindade@gmail.com